

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ensino da história e cultura afro-brasileira e africana:
desafio para a diversidade étnico-cultural

Cláudia Pons Cardoso*

Resumo: Este trabalho, parte de uma pesquisa em andamento com 48 professores de escolas públicas do recôncavo sul da Bahia, tem por objetivos analisar as ações didático-pedagógicas dos docentes para a implantação da Lei 10.639/2003 e verificar o alcance das propostas para a reeducação das relações étnico-raciais. A metodologia de trabalho baseou-se na análise dos projetos elaborados pelos professores sobre história e cultura afro-brasileira e africana e na observação em sala de aula do desenvolvimento das propostas. O trato em conjunto dos elementos obtidos pela análise do trabalho escrito e pelo processo de observação do discurso dos professores no cotidiano escolar engendrou um conjunto de dados objetivos e subjetivos, configurando-se a possibilidade de análise da consonância entre o discurso escrito e o falado.

Palavras-chave: História da África, diversidade cultural, formação de professores.

Abstract: This article stems from research being undertaken with the objective of studying the didactic/pedagogic activities of 48 teachers in public schools in the southern Recôncavo of Bahia. The main aim of the research is to verify the effectiveness of the proposals contained in the Law 10.639/2003 for the reeducation of ethno-racial relations. The research was conducted through the analysis of the teachers' pedagogical projects about African and Afro-Brazilian history and culture, as well as by classroom observation of the everyday development of these projects. The analysis of the written projects and of their development in the classroom has produced a set of objective and subjective data which allows for the analysis of the harmony/disharmony which exists between written and spoken discourse.

Keywords: History of Africa, cultural diversity, teacher training.

Este trabalho é o relato dos resultados parciais da pesquisa, em andamento, *A Lei 10.639/2003 e a formação de professores*, realizada com 48 professores-alunos do PROESP de História de Santo Antonio de Jesus, programa desenvolvido pela UNEB em parceria com a Secretaria da Educação do Estado da Bahia. O PROESP – Programa Especial de Formação para Professores constitui-se em cursos de licenciatura nas áreas de História, Letras, Geografia, Matemática e Biologia. Esses cursos, distribuídos em 11 municípios baianos do recôncavo sul, são ministrados pelos professores efetivos dos quadros da UNEB e por professores universitários convidados e são dirigidos aos professores da Rede Estadual de

* Professora mestre em História do Brasil, exerce atividades de docência e pesquisa na Universidade do Estado da Bahia-UNEB.

Ensino, ainda não graduados. A formação acontece concomitantemente ao exercício docente dos professores-alunos, obedecendo a turnos opostos. Cada curso tem a duração de 3 anos. O caráter abreviado desses cursos deve-se ao fato de que o Estágio Supervisionado (400 horas-aula) é realizado e acompanhado durante o próprio exercício da docência.

Como a pesquisa encontra-se em construção, a comunicação aborda parte dos objetivos: a análise das ações didático pedagógicas dos professores-alunos para a implantação da Lei Federal 10.639/2003 e o alcance das propostas para a reeducação das relações étnico-raciais. A metodologia de trabalho baseou-se na análise dos projetos elaborados pelos professores-alunos sobre história e cultura afro-brasileira e africana, para atender as exigências avaliativas do componente curricular Fundamentos da Ação Pedagógica, e na observação em sala de aula do desenvolvimento das propostas. O trato em conjunto dos elementos obtidos pela análise do trabalho escrito e pelo processo de observação do discurso dos professores-alunos no cotidiano escolar engendrou um conjunto de dados objetivos e subjetivos, configurando-se a possibilidade de análise da consonância entre o discurso escrito e o falado.

A elaboração das propostas de trabalho

Os professores-alunos do PROESP de História foram convidados a pensar sobre o desenvolvimento de ações pedagógicas e procedimentos de ensino de História que possibilitassem discussões sobre relações étnico-raciais. Mais do que pensar exclusivamente na inclusão do conteúdo história da cultura afro-brasileira e africana, os alunos-professores foram provocados a refletir sobre o racismo presente na sociedade e formas de combatê-lo. A proposta exigia uma articulação entre o conhecimento adquirido nas disciplinas específicas sobre História da África, Cultura Brasileira e História do Brasil e nas chamadas disciplinas pedagógicas Metodologia do Ensino de História e Fundamentos da Ação Pedagógica.

Os projetos foram desenvolvidos e executados em grupos e as temáticas foram livremente escolhidas a partir dos interesses tanto dos professores-alunos quanto dos alunos das escolas públicas. Após orientação, as seguintes oficinas foram operacionalizadas em cidades pólos previamente escolhidas: Quilombos na Bahia; A influência africana em nossa sociedade; A influência africana na cultura baiana; África: uma de nossas raízes culturais e a África é aqui.

As propostas ficaram restritas a contribuição cultural dos africanos e seus descendentes à sociedade brasileira, embora durante o curso tenham sido ministradas

disciplinas que oportunizariam outros recortes. Para Carlos Moore a Lei 10.639/2003 “confronta o universo docente brasileiro com o desafio de disseminar, para o conjunto da sua população, num curto espaço de tempo, uma gama de conhecimentos multidisciplinares sobre o mundo africano”. Uma abordagem séria da África, continua Moore, exige um conhecimento a partir de dentro, por meio das mentalidades, cosmogonias, línguas e estruturas que moldaram as sociedades africanas. (MOORE, 2005:133)

Durante a fase de construção dos projetos podemos constatar a dificuldade que os discentes tiveram em pensar metodologias de ensino, contemplando as novas linguagens e abordagens de ensino de História e o conteúdo proposto. A principal queixa centrava-se na dificuldade em encontrar livros didáticos que dessem conta do conteúdo, contrariando os objetivos da disciplina: refletir e elaborar metodologias de ensino para o conteúdo de história da África e da cultura afro-brasileira.

O livro didático continua sendo a principal linguagem de ensino adotada pela maioria dos docentes e uma das únicas fontes de consulta. A preparação das aulas segue o conteúdo dos manuais e o ensino se reduz a reprodução de um saber pronto e pobre em possibilidades de criar/ofertar a reflexão e a crítica. As discussões travadas na Universidade, a bibliografia sugerida, os textos estudados ficam encerrados nos semestres em que foram vistos e ou sugeridos.

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt é necessário à formação do professor de História realizar a transposição didática dos conteúdos e do procedimento histórico e também da relação entre as inovações tecnológicas e o ensino de História. Entendendo transposição didática como o processo de transformação científica, didática social, que afeta os objetos de conhecimento até a sua tradução no campo escolar. (SCHMIDT, 1998:122-123)

Em se tratando da história da África, Anderson Ribeiro salienta que são poucos os livros didáticos que dão destaque ao conteúdo. Quase sempre, “a África aparece em óbvias passagens da História do Brasil ou Geral, ligada à escravidão, ao domínio colonial no século XIX, ao processo de independência e as graves crises sociais, étnicas”. (RIBEIRO, 2003:443) Esse fato poderia servir de estímulo aos docentes para que produzissem seu próprio material pedagógico ou então para que aprofundassem seus estudos em bibliografia apropriada. A realidade, no entanto, mostra que os professores, sem os manuais para lhes indicar um caminho seguro, terminam retratando uma África de miséria, doenças e mazelas, e a influência cultural acaba por ser a única contribuição percebida. Quando se referem à história dos afro-descendentes no Brasil o ponto de vista também não muda muito, suas histórias iniciam nos navios negreiros e suas trajetórias se encerram nas páginas do Brasil Colônia.

A diversidade étnico-cultural: entre o discurso e a prática

As oficinas foram pensadas de forma a contemplar no máximo 25 alunos e alunas provenientes de escolas públicas do ensino básico. Como o interesse dos alunos superou as expectativas iniciais dos grupos, sem prejuízo da metodologia pensada para cada oficina, foram abertas vagas excedentes para atender a demanda. Acreditamos que um conjunto de fatores contribuiu para a participação dos alunos: as atividades fugiam ao formato tradicional de ensino-aprendizagem em sala de aula; curiosidade pelas temáticas normalmente pouco trabalhadas e a falta de atividades extra-classe que atendam às necessidades dos jovens. Os alunos oriundos de pequenos municípios do interior da Bahia, muitos da zona rural, sem condições financeiras para participar de atividades culturais, perceberam as oficinas como atividades de lazer. É importante ressaltar que a quase totalidade dos alunos eram negros.

A participação dos alunos, seus questionamentos, interesses e afeição pela temática demonstraram a importância do trabalho realizado. Muitos questionaram o porquê de tais assuntos não serem tratados no cotidiano da sala de aula. A surpresa dos alunos ao entrar em contato com uma História positiva da África e dos afro-brasileiros levou muitos a duvidar da veracidade de algumas informações, como ocorreu na apresentação de fotos de cidades africanas semelhantes em sua estrutura arquitetônica a muitas cidades brasileiras. Para eles a história da África é sinônimo de pobreza, de ignorância, a história de homens e mulheres não civilizados.

O interesse dos alunos, contudo, não é o elemento principal de análise de nossa comunicação. Nosso objetivo reside na análise dos discursos dos professores-alunos em sala de aula e o alcance de suas propostas para o combate do preconceito e da discriminação raciais nas relações pedagógicas e educacionais. A forma como lidaram com as dúvidas e angústias dos alunos ao explicitarem suas narrativas marcadas pela emoção e pela dor de vivências e experiências em situações de discriminação racial. Quais as alternativas pedagógicas pensadas para desconstruir estereótipos e positivar a História da África e a história dos negros e negras no Brasil.

Uma das questões percebidas na observação foi a confusão conceitual dos professores-alunos. Como afirma Nilma Lino Gomes, termos como identidade negra, raça e etnia, preconceito, discriminação e racismo são conceitos-chave utilizados no debate sobre relações raciais e a discussão desses conceitos são fundamentais para os educadores que

desejam iniciar e aprofundar o conhecimento sobre as relações raciais brasileiras. (GOMES, 2005:13-33) A diferença entre preconceito e discriminação, por exemplo, capacita os anos a repensarem a própria dinâmica das relações sociais estabelecidas na escola. Permite-lhes ainda perceber que o problema reside na externalização do preconceito através de atitudes discriminatórias.

A desconstrução de estereótipos foi talvez a tarefa mais difícil enfrentada pelos professores-alunos, muitos não conseguiram avançar e acabaram presos ao senso comum. Embora tivessem feito leituras sobre o conteúdo para as oficinas, algumas vezes as discussões ampliavam-se e os professores-alunos viam-se na obrigatoriedade de colocar suas opiniões, seus entendimentos pessoais sobre relações raciais. E nesses embates acabaram por trazer, em suas falas e práticas, visões distorcidas sobre as desigualdades entre negros e brancos na sociedade brasileira. A luz desse contexto exemplificamos com a afirmação de um aluno sobre racismo. Para o aluno “o pior racismo é o do negro contra o branco”. A professora-aluna, branca, não só concordou com a fala do aluno, como ainda exemplificou uma situação em que fora vítima de racismo de sua empregada doméstica, negra.

Concordamos com a afirmação de Eliane Cavalleiro, quando diz que a maioria dos profissionais da educação não está preparada para lidar com a diversidade no cotidiano escolar e que é necessário incluir o debate de maneira séria e responsável sobre relações raciais nos cursos de formação de professores. (CAVALLEIRO, 2000:76)

O ensino-aprendizagem da história da África e da cultura afro-brasileira requer estudo, pesquisa e respeito à ancestralidade africana que se faz presente na vida e na história de nós brasileiros, é pautar-se, principalmente, pelo respeito à diversidade cultural e pelo enfrentamento ao racismo. Práticas pedagógicas voltadas para a reeducação das relações étnico-raciais somente obterão êxito quando os educadores enfrentarem o desafio de falar sobre as diferenças sem receio, sem preconceito e, principalmente, sem discriminação. Mexer nas estruturas racistas é também revelar o lugar onde escondemos o nosso racismo.

O cotidiano escolar apresenta-se marcado por práticas preconceituosas e discriminatórias tão cristalizadas que em algumas situações os docentes não percebem os prejuízos acarretados pelos estereótipos produzidos em sua fala. O exemplo a seguir revela a total contradição entre o discurso escrito e o externalizado pelo grupo em sua prática pedagógica. Após assistirem ao curta metragem *Vista a minha pele*¹, 2003, os professores-alunos abriram o debate, solicitando à classe suas impressões sobre o filme e a realidade

¹ Curta metragem que apresenta uma paródia da realidade brasileira e serve de material básico para discussão sobre racismo e preconceito em sala de aula. Direção Joel Zito.

retratada. Um aluno negro, que passara boa parte da transmissão do filme conversando, fez um comentário extemporâneo, arrancando risos de todos. A professora-aluna, referindo-se ao aluno como “São Benedito”, solicitou silêncio. A situação provocou novos risos da turma e do próprio grupo de professores-alunos a frente dos trabalhos. O apelido, em alusão ao santo negro católico, evidencia as características fenotípicas-raciais do aluno, e colocou-o em uma situação de constrangimento.

Em outra oficina, durante um debate acalorado, também sobre o mesmo filme citado anteriormente, uma aluna revelou suas dores, diante da turma, causadas por uma situação de discriminação que havia sofrido em seu local de trabalho. A professora-aluna, após ouvir atentamente, deu seu veredicto sobre o fato: “não foi muito grave, não” e concluiu trazendo a escola como o exemplo de convívio racialmente harmonioso, “aqui nós não temos isso. Essas partes aí, a gente não tem. A gente não machuca o outro”.

A fala da professora-aluna desqualifica e diminui os efeitos do racismo e ainda apresenta o cotidiano escolar como um espaço social totalmente isento de práticas racistas sem atentar para o fato de que sua ação foi pautada pelo preconceito, garantindo ao espaço escolar o lugar de produtor de padrões racistas. Dissimulações, apelidos e ironias consolidam a perpetuação de preconceitos e discriminações raciais latentes.

Isso nos leva, novamente, a concordar com as idéias de Cavalleiro. Os envolvidos no cotidiano escolar apresentam um pensamento orientado e influenciado pela estrutura racial da sociedade, ou seja, a existência do racismo é negada, os efeitos prejudiciais do racismo tanto para os negros quanto para os brancos não são reconhecidos. E, por último, recai sobre as pessoas negras discriminadas superar solitariamente as discriminações e os constrangimentos. (CAVALLEIRO, 2005:98)

Embora os alunos tenham feito uma avaliação positiva das oficinas, ressaltando a importância do conhecimento adquirido sobre a história da África e da cultura afro-brasileira, questionamo-nos sobre o alcance efetivo dos trabalhos dos grupos. De modo geral as apresentações dos conteúdos esvaziaram-se de suas propostas políticas de contribuir para a reeducação das relações étnico-raciais e para a afirmação da identidade negra.

É fundamental destacar que o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira não objetiva substituir uma visão marcadamente européia e etnocêntrica por uma africana, mas principalmente ampliar o conteúdo dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial e social. Diante disso, a Lei 10.639/2003 mais do que garantir a inclusão de novos conteúdos é um chamado para que as relações étnico-raciais sejam repensadas, assim como, as metodologias de ensino e as práticas pedagógicas.

Especialistas vêm desde a década de 80 repensando o ensino de história na tentativa de resgatar o papel político da disciplina no ensino básico, desenvolvendo estudos na perspectiva de criar metodologias que possibilitem aos alunos uma formação pautada pela reflexão. As críticas mais contundentes são direcionadas a um modelo de ensino que não desenvolve o senso crítico dos discentes; não favorece a compreensão da história como resultante da ação do ser humano e de suas relações em sociedade; não permite que os alunos se reconheçam como sujeitos da história; da excessiva ênfase à cronologia linear, à memória oficial e ao estudo dos fatos isolados.

Nas discussões atuais sobre o ensino de história questiona-se o papel do conhecimento histórico escolar limitado a transmitir uma memória oficial como se fosse a memória coletiva de todos os grupos sociais. Diante da heterogeneidade social no interior do cotidiano escolar, fruto da coexistência da diversidade étnica e cultural tão diferentes a história da África e da cultura afro-brasileira tem muito a contribuir.

Para Carlos Moore, com quem concordamos, o ensino da história dos povos e das civilizações da África, não é uma história qualquer. Para seu sucesso no enfrentamento ao racismo, porém, o professor tem papel fundamental, pois “a sua eficácia pedagógica terá uma maior repercussão e abrangência à medida que a sua sensibilidade empática para a matéria e para o seu entorno social for elevada”. (MOORE, 2005:162)

O domínio do conteúdo é imprescindível para qualquer educador, no caso específico do estudo da história da África a necessidade é mais premente, para que não caiamos em leituras reducionistas e simplificadoras com uma concepção histórica de tradição factual e linear. Além do conteúdo, a didática, o bom manejo da classe e as metodologias de ensino, são fundamentais para um ensino prazeroso e significativo de história, porém estes elementos não garantem por si só uma educação anti-racista e comprometida com a diversidade étnico-cultural. Por isso, mais do que garantir o conteúdo da história africana e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares brasileiros faz-se necessário, antes, repensar a formação dos professores, incluindo a discussão sobre relações étnico-raciais. Trabalhar com história da África é lidar com conflitos, é combater as desigualdades sociais, é conhecer e respeitar as lutas sociais das mulheres e homens negros. É fundamentalmente questionar a nossa prática, pois para reconhecer e valorizar o outro na sua diferença, não podemos ver a diferença como marca de inferioridade.

Referências bibliográficas:

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo*. In: SECAD. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/2003. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Pp. 65-105.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. In: SECAD. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/2003. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Pp. 39-64.

MOORE, Carlos. *Novas bases para o ensino da História da África no Brasil*. In: SECAD. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/2003. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Pp.133-166.

RIBEIRO, Anderson. *A história da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática*. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, n. 3, 2003, Pp. 421-461.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula*. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.